****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,213 Ano 66 Sábado**

**06 de Novembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**CASA CIVIL**

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**

**6510.2021/0018824-7 -** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Ofício SGA. 11- nº 107/2021-CMSP: afastamento de servidora da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS - No uso da competência delegada pelo Decreto nº 59.385/20, AUTORIZO, nos termos do disposto no artigo 45, § 1º da Lei nº 8989/79, observadas as formalidades legais, o afastamento da servidora BRUNA CRISTINA NEVES CARNELOSSI - RF: 778.257.8/1, Analista de Assistência e Desenvolvimento Social I , lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para prestar serviços na CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo, com ressarcimento à Secretaria cedente, nos termos da Resolução da CMSP nº 02/21, regulamentada pelo Ato 1506/21, a partir da data da publicação até 31/12/2021.

**6073.2021/0000051-0** - CONSÓRCIO NACIONAL DE VACINAS DAS CIDADES BRASILEIRAS – CONECTAR - Ofício nº 002/2021: solicitação de cessão de servidor da Prefeitura de São Paulo - Considerando o disposto na Lei Municipal nº 17.554, de 17 de março de 2021, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde, AUTORIZO - no uso da competência delegada pelo Decreto nº 59.385/20 e nos termos do disposto no artigo 45, § 1º, da Lei nº 8.989/1979, observadas as formalidades legais e, ainda, tendo em vista a manifestação favorável da SEGES/COJUR/Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Pessoal – o afastamento do servidor VINICIUS PEDRON MACÁRIO, RF nº 811.151-8, Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, lotado na Secretaria Executiva de Gestão, da Secretaria do Governo

Municipal - SGM/SEGES, para prestar serviços no Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras - CONECTAR sem prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo até 31/12/2021 com prorrogação até 06/04/2022.

**SECRETARIAS**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2019/0000649-9**

ASSUNTO: Contratação de empresa de tecnologia para prestação de serviços de sustentação de TIC para o suporte dos negócios para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, através da manutenção do funcionamento de todos os elementos de infraestrutura tecnológica e sistêmica para os serviços de sistema de informação, redes, conectividades e data Center. Aditamento 03 ao Termo de

Contrato nº 29/FPTEC/19. Acréscimo e decréscimo quantitativo.

Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas, e considerando a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 053815348) e a manifestação da Supervisão de Finanças (SEI 052730688), com fulcro na Lei Federal 8666/93, combinado com o disposto na Lei Municipal n. 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n. 44.279/2003, e amparada pelos dispositivos legais da Lei do Pregão Eletrônico, qual seja, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

AUTORIZO o acréscimo quantitativo de 110 licenças do serviço

14.031.00018.00 com o valor total de R$6815,60 (seis mil oitocentos e quinze reais e sessenta centavos), sendo o valor unitário de R$30,98 (trinta reais e noventa e oito centavos) no período de dois meses, bem como o decréscimo de 110 licenças do serviço DTC0173-7, com o total de R$32090,80 (trinta e dois mil noventa reais e oitenta centavos), sendo o valor unitário R$14,59 (quatorze reais e cinquenta e nove centavos) pelo período de dois meses, oriundos do Termo de Contrato nº 29/ FPTEC/19, firmado com a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM-SP S/A., inscrita sob o CNPJ/MF nº 43.076.702/0001-61, para suprir as necessidades da Fundação Paulistana, no valor mensal estimado de R$ 31.036,90 (trinta e um mil trinta e seis reais e noventa centavos), sendo que o último mês do contrato, por conter apenas 16 dias, será de R$ 16.553,03 (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e três reais e três centavos), perfazendo o total geral do contrato estimado de R$ 372.442,81 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), sendo o valor do reajuste de R$ 60.853,41 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), e o principal sendo R$ 311.589,40 (trezentos e onze mil quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), pelo período de 17/11/2021 a 16/11/2022, e; II - Ainda, com fulcro na Lei Federal 8.666/93, artigo 57, inciso II, Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 4.279/2003, AUTORIZO o aditamento ao Termo de Contrato n.º 29/FUNDAÇÃO PAULISTANA/2019, firmado com a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – PRODAM-SP S/A., inscrita sob o CNPJ/MF nº 43.076.702/0001-61, para a prestação de serviços de sustentação de TIC para o suporte dos negócios para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti, através da manutenção do funcionamento de todos os elementos de infraestrutura tecnológica e sistêmica para os serviços de sistema de informação, redes, conectividades e data Center, por mais 12 (doze) meses, ou até que se ocorra a mudança de endereço da Sede da Fundação Paulistana, com possível compartilhamento de espaço físico com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo à qual esta é vinculada, onde, neste caso, a Fundação deverá informar à contratada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. O início da prorrogação será contado a partir de 17/11/2021, pelo valor global estimado de R$ 372.442,81 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos).

III - Por consequência, AUTORIZO a emissão da nota de empenho para o presente exercício, onerando a dotação 80.1

0.12.122.3024.2.171.3.3.90.40.00.00 no valor de R$ 45.520,78 (quarenta e cinco mil quinhentos e vinte reais e setenta e oito centavos). Para o próximo exercício, deverá ser emitida dotação própria.

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2016/0000034-7**

ASSUNTO: Contrato de prestação de serviços de vigilância para atender as necessidades da Escola Municipal de Educação

Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti e Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes. Aditivo 08 ao Contrato n.º

08/FUNDAÇÃO PAULISTANA/2016 com a empresa CENTURION

SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO,

EM CARÁTER EXCEPCIONAL. Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos do presente, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica no Parecer FUNDATEC/AJ (SEI nº 054451177), com fulcro na Lei Federal 8.666/93, artigo 57, § 4º, Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 44.279/2003, AUTORIZO a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, COM CLÁUSULA RESOLUTIVA do Termo de Contrato nº 08/FUNDAÇÃO PAULISTANA/2016, celebrado com a empresa CENTURION SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 67.668.194/0001-79, pelo prazo de 05 (cinco) meses, contados a partir de 14/11/2021 a 13/04/2022, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância para atender as necessidades da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti e Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, pelo valor global estimado de R$ 1.180.323,50 (um milhão, cento e oitenta mil trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

II- Em consequência, fica autorizada a emissão da respectiva nota de empenho, onerando a dotação 80.10.12.36 3.3019.2.8813.3.90.39.0000 no valor de global estimado de

R$369.834,69 (trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para o presente exercício. Para o exercício seguinte, deverá ser onerada a dotação própria.

**SÉ - PAG. 14**

**GABINETE DO SUBPREFEITO**

**PORTARIA N.º 025/SUB-SÉ/GAB/2021**

**TOMAR TODOS OS CUIDADOS PARA QUE NÃO HAJA**

**AGLOMERAÇÃO NO LOCAL, FAZER USO DE MÁSCARAS E**

**ALCOOL EM GEL.**

II. PORTARIA nº 0205/SUB-SÉ/GAB/2021

O Senhor MARCELO VIEIRA SALLES, Subprefeito da Sé, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 13.399/02, artigos 3º e 9º que dispõem sobre a criação das Subprefeituras no Município de São Paulo, e outorga à competência da Administração Municipal, no âmbito das Subprefeituras, aos Subprefeitos, a quem cabe a decisão, direção, gestão e o controle dos assuntos municipais locais, respeitada a legislação vigente e observadas as prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a competência do Subprefeito em fiscalizar, no âmbito da sua Subprefeitura, na região administrativa correspondente, o cumprimento das leis, portarias e regulamentos, fornecer subsídios para a elaboração das políticas municipais, definir normas e padrões de atendimento das diversas atividades de responsabilidade do Município e decidir, na instância que lhe couber, os assuntos da área de sua competência;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades culturais, físicas, esportivas e de lazer aos hábitos de vida saudável na região desta Subprefeitura;

RESTOU AUTORIZADO:

I - O uso do Espaço Público, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo;

II - Devendo ser observados os limites de ruídos, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 11.501/94, alterada pelas Leis nº 11.631/94, 11.986/96 e 13.885/04 e regulamentada pelo Decreto nº 34.741/94;

III - Restou vedada a comercialização de bebidas alcoólicas nos termos da Lei nº 14.450/2007, que institui o combate da venda ilegal de bebidas alcoólicas à Criança e Adolescente; e dos equipamentos previstos no artigo 4º do Decreto nº 55.085/14, exceto as condições da hipótese prevista no Capitulo VI - Do Comércio de Alimentos durante a Realização de Eventos.

IV - Após o encerramento, o responsável, restou obrigado a entregar o logradouro público inteiramente livre e desimpedido de bens e objetos. A limpeza da área pública deve ser efetuada imediatamente após o término do evento, sendo de responsabilidade de seus coordenadores. O local deve ser entregue conforme recebido;

V - Fica a Supervisão de Limpeza Pública responsável pela fiscalização das condições anteriores e posteriores da área, a fim de apurar o cumprimento do item IV desta Portaria;

VI - O responsável deve obter junto ao setor competente de saúde: ambulância e equipe médica, quando necessário; junto à Enel/Sabesp: serviços relativos à energia e água a serem fornecidas no local; junto ao Corpo de Bombeiros: laudos técnicos necessários; e junto à CET: organização do trânsito nas vias e adjacentes; obter junto a CET - Companhia de Engenharia de Tráfego, as autorizações competentes, observando as restrições e recomendações técnicas por ela apresentadas; obter, antecipadamente, junto a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU, as autorizações competentes, observando as restrições e recomendações técnicas por ela apresentadas;

VII - Resta condicionado para execução de evento: a) estabelecer passagens para pedestres, sinalizando-as adequadamente, b) a proibição de uso de veículos no passeio público, bem como nas áreas de circulação de pedestres e nos calçadões, c) colocar banheiros químicos, para homens e mulheres, proporcional ao público estimado, d) a comercializações de bebidas devem ser única e exclusivamente em copos plásticos, sendo vedado o fornecimento de latas e garrafas, e) a proibição de colocação de faixas, cartazes, placas e assemelhados, bem como, a proibição de distribuição de qualquer material impresso de divulgação, incluindo panfletos, flyer, etc, de conformidade com a Lei Municipal nº 14.223/06, regulamentada pelo Decreto nº 47.950/06;

VIII - Resta proibida a instalação de comércio ambulante, a título oneroso ou não para o local, exceto artista de rua, nos termos da Lei específica;

IX - Quaisquer infrações às diretrizes estabelecidas nesta Portaria implicam na suspensão de concessões de autorizações para a realização de novos eventos de qualquer ordem, sem prejuízo das multas e demais sanções legais cabíveis. No mais, a responsabilidade por danos pessoais ou patrimoniais eventualmente decorrentes do evento cabe ao solicitante responsável pelo evento, ainda que dele supervenientes, por consequência, isentando a Municipalidade.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, 05 de novembro de 2021

MARCELO VIEIRA SALLES

Subprefeito da Sé

**6056.2021/0011356-8** - Permissão e Autorização de

Eventos Temporários

**Despacho deferido**

**Interessados**: **SMDET** - **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO** – CNPJ 04.537.740/0001-12

**DESPACHO E PORTARIA**

I. À vista das informações constantes nos autos e dos demais elementos de convicção, nos termos do artigo 114, § 5º da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei Municipal nº 13.399/02, artigo 9º, inciso XXVI, restou DEFERIDO, conforme portaria Abaixo:

Proponente: **SMDET - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO** – CNPJ 04.537.740/0001-12

Acontecimento Social: Feira Zendaya - República

Objetivo: Oportunizar a geração de renda aos inscritos no Programa Mãos e Mentes Paulistana, tendo em vista a retomada econômica na cidade de São Paulo e divulgar ao munícipe da região os serviços disponibilizados pela Secretaria no âmbito do trabalho, empreendedorismo, atendimento multilíngue e de benefícios sociais.

Local: Largo do Paissandu, s/nº, Centro histórico de São Paulo.

Período e Horário: De 22 a 26 de novembro de 2021, das 11h00 às 17h00

Montagem: Diariamente às 10h00 e desmontagem às 17h00.

Público Estimado: Transeuntes no local.

Estrutura: 20 Barracas de 1,50 mts x 1,00 mt, 01 CRAI

Móvel e 01 Unidade Móvel de Cadastro Único

**SERVIDORES PAG. 35 E 39**

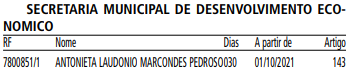
**RELAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA**

DIVISÃO DE PERÍCIA MÉDICA - COGESS

**SEÇÃO DE LICENÇAS MÉDICAS**

Relação de Licenças Médicas nos Termos da Lei 8989/79

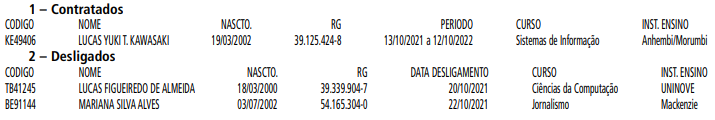
**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE**



**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS/ESTÁGIO DIVULGA OS ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS E DESLIGADOS, BEM COMO OS TERMOS ADITIVOS DE CONTRATOS NO PERÍODO DE 01 A 31/10/2021, ATENDENDO AO INCISO VII DO ART. 23 DO DECRETO N.º 56.760/16:**

****

**QUADRO DE ANALISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - QAA**

**PROGRESSÃO FUNCIONAL FORMALIZADA NOS TERMOS DO ART. 16 DA LEI Nº 16.119/15:**

Com fundamento no Decreto Nº 56.590 de 10 de Novembro de 2015, tendo sido atendido o critério da legislação vigente,

PROGRIDO o(s) servidor(es) abaixo identificado(s):



EDITAIS PAG. 51

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SMDHC Nº 013/2021/SMDHC/ODH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6074.2021/0003429-16

No dia 05 do mês de novembro de de 2021, com início às 14h30, na sala da Ouvidoria de Direitos Humanos, localizada à Rua

Líbero Badaró, 119, 1º andar, a Comissão de Avaliação do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SMDHC Nº .013/2021/SMDHC/ODH

composta por Alcyr Barbin Neto, R.F. 840.169.1, Eloah Asano, R.F 823.554.6 e Thiago Soares Fraga, RF 847.450.8, reuniu-se para

continuar a avaliar a documentação apresentada pela Cáritas Diocesana de Campo Limpo, na fase de recursos do Edital, que fora

iniciada em 27/10/2021 e interrompida para consulta à Assessoria Jurídica da Pasta .

A Comissão constatou que a documentação apresentada repete documentos apresentados na proposta original e diferindo

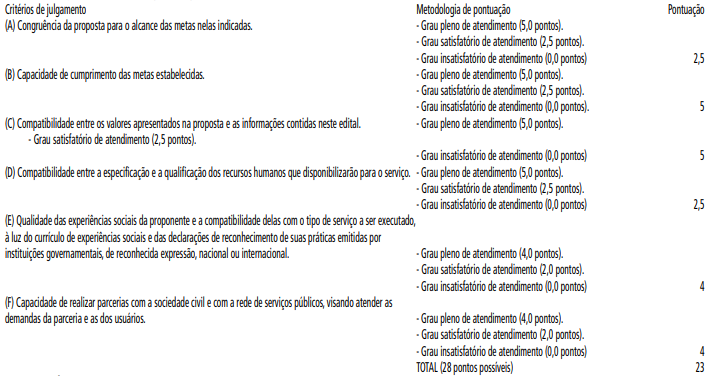
no plano de trabalho e na planilha de composição de custos com valores globais de proposta. Sendo valor global da proposta

R$787.131,44 (setecentos e oitenta e sete mil cento e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos) dentro dos valores globais

previstos de R$ 790.954,66.

Avaliada a documentação, têm-se a seguinte pontuação:

Instituição Cáritas Campo Limpo - Lote 1



SUMÁRIO:

– GRAU PLENO: o critério é completamente condizente com a descrição do objeto apresentado, em sua forma, metodologia, tempo de execução e organização de recursos humanos e financeiros necessários;

– GRAU SATISFATÓRIO: o critério é parcialmente condizente com a descrição do objeto apresentado. Sua forma, metodologia, tempo de execução ou organização de recursos humanos e financeiros necessários não foram suficientemente atingidos; e

– GRAU INSATISFATÓRIO: o critério não foi condizente com a descrição do objeto apresentado ou houve fuga da temática.

Em suma, a Comissão avaliou que a proposta apresentada no recurso, saneia o ponto que causou rejeição da proposta (zerar a pontuação do item C da tabela de classificação). De forma que, reavaliada, atinge a pontuação acima da mínima e não zera nenhum dos quesitos.

O parecer da Assessoria Jurídica foi juntado ao processo sob número SEI 054372154, indica que a Comissão poderia nos termos do item 7.4.10. do Edital justificadamente aceitar até mesmo a proposta de valor menos adequada ao valor de referência.

Desta forma, pode-se também, justificadamente, aceitar a proposta de valor adequado.

Portanto, a comissão aponta que não houve outras propostas para esse lote. De forma que não há prejuízo à concorrência.

A proposta avaliada para o lote 2 é economicamente vantajosa à Administração, pois a execução por aditamentos ao 6074.2018/0000041-3, é mais onerosa que a proposta. O custo mensal do aditamento é de R$ 38.636,90, e o da proposta avaliada é de 32.797,14.

Justifica-se a decisão também com a necessidade de continuidade do serviço público, posto que o aditamento atual garante cobertura contratual até 05/12/2021.

Assim sendo, a Comissão aprova a proposta encartada sob protocolo SEI 054099198, com valor total de R$ 790.954,66, revisando sua pontuação conforme tabela deste documento.

Desta forma, ficam habilitadas e aprovadas:

1) a proposta do Instituto Akhanda para o lote 1, consolidando o resultado preliminar publicado em 16/10/2021, para o qual não houve recurso;

2) a proposta da Cáritas Campo Limpo para o lote 2, conforme avaliação desta reunião.

**PROCESSO N° 6074.2021/0004698-2**

Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho

Municipal de

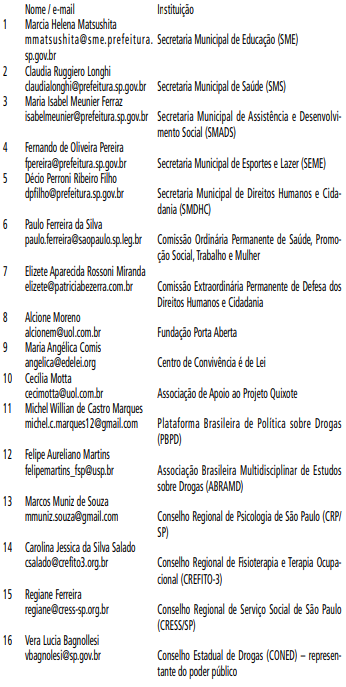
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São

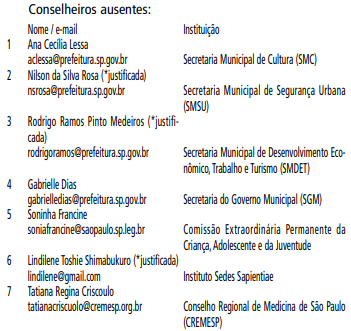
Paulo - COMUDA.

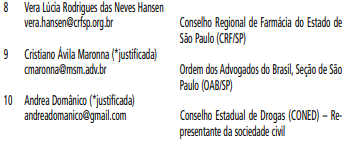
Dia 01 de Junho de 2021, das 14h às 17h.

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams.

Conselheiros presentes:







Demais presentes:

- Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC)

- Nicolas François Cohen (SMDHC)

- Bruno Iglesias Martins de Oliveira

- Gustavo Duque

- Fátima Aparecida Martins Santos

- Nathan Luz

- Max Ruan de Souza Peruzzo (Centro de Convivência É de Lei)

- Filipe Buchmann

- Jorge Artur Canfield Floriani (ABRAMD / CONED)

Pautas:

1) Conclusão do novo Regimento Interno;

2) Organização do Conselho sobre novos representantes;

3) Situações de Violência na Cracolândia.

Início da discussão:

Décio abriu a reunião para informes. Ele disse que o relatório CONPAD estava em processo de finalização, sendo recentemente enviado para que sua arte final fosse realizada.

Comentou que seria importante pensar a forma de divulgação do relatório em edição eletrônica, pensando em um futuro lançamento online. Maria Angélica solicitou a inclusão de uma nova pauta, relacionada à página do Facebook do COMUDA.

Décio comentou que o tempo inicial da reunião poderia ser disponibilizado para tal, antecipando que a página estava sendo reativada. Ele comentou que o link da atual reunião foi disponibilizado previamente via Facebook, além de ter sido feita uma nota relacionada ao falecimento do prefeito Bruno Covas.

Ele disse que a página poderia ser usada para a divulgação de notícias, eventos e palestras relacionadas à política sobre drogas, além de ser um veículo que disponibilizasse o link das futuras reuniões. Décio também comentou que, além dele mesmo, apenas Michel e Angélica eram moderadores da página.

Maria Angélica contou que gostaria de deixar de ser moderadora e Alcione comentou que outros conselheiros do COMUDA poderiam assumir essa posição. Décio disse que as entidades do

COMUDA poderiam encaminhar o convite de palestras que irão realizar, que algumas publicações (notícias, artigos científicos, divulgação de eventos, etc.) poderiam ser compartilhadas após decisões da plenária e que, no futuro, as reuniões do COMUDA poderiam ser divulgadas como lives na página do Facebook.

Entrando nas pautas prevista, Décio introduziu que, após o que foi desenvolvido no grupo de trabalho (junto de Michel, Marcos e outros conselheiros) e em outras reuniões ordinárias do conselho, só faltava discutir e deliberar um capítulo para finalizar a reformulação do Regimento Interno. O tema desse capítulo fazia alusão à composição do conselho, que, segundo a Lei 17.089, teria entidades fixas (do poder público, das comissões do legislativo, dos conselhos de classe e do Conselho Estadual de Drogas), mas também outras passíveis de troca (das associações da sociedade civil e das comunidades acadêmico- -científicas). Décio disse que, nesse segundo caso, a lei prevê que é a partir de um convite do prefeito que a participação dessas entidades no conselho é garantida, mas que acredita que o

Conselho tenha a possibilidade de sugerir as entidades ao prefeito. Não caberia ao COMUDA deliberar sobre a participação, a manutenção ou troca das entidades, nem emitir o convite de integração a elas. Entretanto, as discussões da plenária poderiam resultar na sugestão ao prefeito para a realização desses processos. Nesse sentido, Décio perguntou se constava colocar essa questão no regimento, uma vez que não haveria força de deliberação do COMUDA nessa decisão, comentando que o Regimento Interno tinha a função de organizar o conselho, e não de definir quem entra ou sai dele. Maria Angélica contou que, quando estava na Assessoria de Política Sobre Drogas (SMDHC), havia uma discussão na plenária sobre quais organizações os conselheiros gostariam que integrasse o COMUDA e, a partir disso, era feito um ofício para o prefeito com as informações de cada organização, incluindo a relevância de suas atuações.

Os prefeitos sempre acataram essas indicações do Conselho.

Décio concordou que seria importante que contivesse nesse ofício informações que justificassem a entrada da entidade no conselho. Comentou que a tendência é que esse processo se repita, mas que algum prefeito no futuro poderia não respeitar esse processo e que isso estava fora do controle do COMUDA.

Por isso, perguntou novamente sobre a inclusão ou não dessa parte no Regimento Interno. Alcione acredita ser interessante a manutenção dessa parte no Regimento, sugerindo que Elizete elaborasse um trecho enxuto e objetivo que descrevesse esse processo. Felipe comentou que a Plenária era sempre soberana.

Décio concordou com Felipe, mas lembrou que a plenária tinha autoridade apenas para sugerir as indicações, mas cabia ao prefeito a prerrogativa do convite. Elizete indicou que seria uma “sugestão de indicação” e Décio comentou que poderia elaboração de um parágrafo único com esses dizeres, com a clareza de que seria apenas uma sugestão. Vera perguntou se esse procedimento era diferente das indicações no CONED, visto que no conselho estadual as entidades são indicadas pelo próprio conselho. Décio respondeu que os procedimentos passavam por diferentes legislações e a legislação municipal previa que o convite fosse feito pelo prefeito. Perguntou a opinião dos demais conselheiros sobre essa inclusão como parágrafo único no regimento interno, opinando que poderia ser uma espécie de lembrete como referência história. Disse ainda que idealmente, em uma futura reforma da lei, o número de vagas no conselho destinadas à sociedade civil poderia ser ampliado e elas poderiam inclusive ser preenchidas por eleição. Alcione concordou com Décio, adicionando ainda a possibilidade de inclusão de conselheiros suplentes em uma eventual reforma da lei. Ela comentou que o trecho sobre a sugestão de entidades poderia ser incluído no regimento para que as pessoas saibam como funciona. Jorge Artur disse que estava interessado em discutir a mudança de lei, o que Elizete respondeu que as duas discussões (mudança de lei e mudança do Regimento Interno) poderiam ser trabalhadas em paralelo. Michel comentou que concordava em manter o mínimo de texto no regimento como resgate histórico e que a discussão sobre a mudança da lei poderia ser trabalhada no semestre seguinte. Décio perguntou se alguém discordava da decisão e, como não obteve resposta, o capítulo foi aprovado. Introduziu na sequência o capítulo sobre casos omissos, que, segundo o regimento vigente deveriam ser discutidos na plenária. Décio propôs que esses casos deveriam ser detalhadamente registrados em ata, bem como o método e o procedimento de resolução deles, para que, quando resolvidos, pudessem ser incorporados no regimento interno. Michel questionou esse rito, dizendo que parecia um procedimento mais acessório do que efetivo em relação ao processo de trabalho em cada necessidade. Elizete concordou com Michel, dizendo que a proposta de Décio tinha sido confusa e que os casos omissos poderiam ser resolvidos na plenária. Décio comentou que, em sua proposta, o caso deixaria de ser omisso e poderia passar a participar do regimento interno. Alcione sugeriu que os casos omissos fossem detalhados na ata e discutidos em plenária, mas incorporados ao Regimento somente quando a assembleia assim o deliberar. Marcos sugeriu a mudança de nomenclatura de “casos omissos” para “casos não previstos”, concordando com a posição de Alcione. Elizete disse que incluir a incorporação de todos os casos omissos no Regimento seria uma antecipação e, por isso, achava que um texto mais reduzido no Regimento seria melhor. Décio concordou com os demais conselheiros, sugerindo que o texto fosse algo como: “os casos não previstos no que se refere ao assunto de funcionamento do conselho serão discutidos e deliberados em sessão plenária.”

Com isso, o capítulo foi finalizado, assim como a discussão sobre o Regimento Interno. Décio comentou que com isso o

Regimento Interno estava aprovado em sua totalidade, vistoque cada capítulo fora pauta de reuniões anteriores. Comentou que o texto final do Regimento Interno seria encaminhado para área Assessoria Técnica e jurídica para uma revisão no seu aspecto formal, visto que o conteúdo em sua totalidade fora aprovado, considerando-se a data desta sessão ordinária, dia 1 de junho de 2021, sua aprovação final, e que entraria em vigor assim que publicado em Diário Oficial. Marcos comentou que estava aliviado com o fim desse processo.

Com isso, iniciou-se a segunda pauta da reunião. Décio comentou que, quando estava vendo o quadro de frequências das reuniões do Conselho, havia percebido que a portaria da publicação dos primeiros conselheiros datava de 15 de julho de 2019 e que faltava pouco para que o ciclo de 2 anos dos conselheiros se completasse. Disse que, quando havia alteração de conselheiros, essa portaria que era alterada. Ao lembrar da última alteração da portaria, introduziu Carolina como membra do Conselho.

Carolina comentou que era terapeuta ocupacional e que estava representando o CREFITO-3, aonde compunha a nova gestão como conselheira e diretora tesoureira. Comentou sobre o prazer em compor o COMUDA por causa da importância de suas pautas de discussão e que estava entrando no meio das discussões, mas que poderia compô-las no futuro. Décio desejou-a boas-vindas, comentando sobre a importância do CREFITO dentro da política de drogas. Contou também que Vera era nova conselheira pelo Conselho Regional de Farmácia, mas esta não estava presente. Retomando o raciocínio, Décio disse que em julho completaria dois anos da nomeação dos conselheiros e que a reunião ordinária de julho seria teoricamente a última reunião do mandato dos conselheiros. Comentou que deveriam ser enviados ofícios para que as entidades escolhessem seus representantes, e, retomando a primeira pauta, disse que seria importante discutir quais entidades da sociedade civil deveriam ser sugeridas para a indicação do prefeito, lembrando que ainda havia uma vaga de comunidade acadêmico-científica em aberto.

Em julho deveria ocorrer a nomeação dos conselheiros e, duas reuniões depois, em setembro, deveria ser eleita a coordenação executiva do COMUDA. Ele lembrou que em 2019 a posse foi realizada em julho, mas a eleição da diretoria só ocorreu 4 meses depois, em novembro, comentando que sua gestão como presidente duraria dois meses a menos. Maria Angélica perguntou como Décio se sentia quanto a antecipação do término do mandato, o que Décio respondeu que não veria problema, mas que estava preocupado com o pouco tempo para resolver essas questões. Além disso, lembrou que algumas entidades ainda não haviam respondido os ofícios enviados para a troca de conselheiros para a gestão vigente (2019 2021) - como a CREMESP, a SMC e a Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude -, e que não faria sentido que eles assumam por apenas um mês. Michel comentou que deveria ser encaminhado um ofício às organizações correspondente ao próximo período (2021-2023) do COMUDA e que, para o início da gestão, seria difícil esperar pela nomeação de todos os conselheiros, visto que muitas entidades demoram muito para responder os ofícios. Além disso, lembrou que a discussão sobre a inclusão de uma nova universidade já tinha se iniciado em setembro e que havia se pensado na inclusão da NEPSIS (Unifesp) ou da PROAD (Unifesp). Sobre o encurtamento do mandato vigente, apontou que seria importante considerar a posição de Décio e que não via problema em postergar um pouco se fosse o caso. Cecília comentou que a decisão sobre a nova entidade havia ficado em aberto, sugerindo uma eleição na plenária entre os conselheiros. Vera apontou que, com as inúmeras pendências, poderia ser uma solução postergar o mandato vigente até setembro. Décio comentou que se sentiria mais confortável com o tempo para fechar organização da gestão 2019-2021 do Conselho e que poderia esticar o mandato em um mês ou dois. Já dispararia os ofícios às entidades, considerando a nova gestão de agosto ou setembro de 2021 a agosto ou setembro de 2023 e que, em função disso, o grupo atual ocuparia a vaga até a publicação do novo corpo de conselheiros. Sobre a vaga de institui ção acadêmica disponível, lembrou que cabia ao COMUDA apenas sugerir ao prefeito o convite às entidades. Elizete comentou que estava em cima da hora, e Décio sugeriu que alguma data fosse estabelecida, para que se faça um exercício de cobrança de resposta dos ofícios até lá, e que uma ou duas pessoas poderiam o ajudar nesse processo. Cecília comentou que a gestão anterior tinha passado por esse processo de renovação e perguntou como tinha sido feito, lembrando que naquela época muitas secretarias do poder público tinham baixa frequência no Conselho. Argumentou também que não faria sentido que a incorporação por apenas um mês de conselheiros das entidades com vagas abertas no Conselho, criticando a falta de consideração dessas entidades. Para ela, só faria sentido uma participação que agregasse ao COMUDA. Michel concordou com Cecília, complementando que, mais do que falta de consideração, a ausência de algumas secretarias no conselho era deixar de cumprir a lei. Ele apontou a necessidade de retomar a discussão sobre a incorporação ao COMUDA de uma nova comunidade acadêmico-científica, sugerindo que esse tema fosse discutido na atual reunião. Comentou que leu na ata de novembro que o NEPSIS e o PROAD já tinham demonstrado interesse em compor o conselho, e que seria importante seguir com o convite a alguma delas ou até a outra entidade que surgisse na discussão. Maria Angélica lembrou que já dispunha dos modelos de e-mail enviados como ofício para incorporação no Conselho e que, portanto, o processo não seria tão complexo. Sugeriu que a SGM atuasse na cobrança de resposta do ofício das secretarias do poder público.

Além disso, sugeriu a votação da nova comunidade científica na atual reunião. Décio acatou a sugestão de Angélica referente à SGM, comentando que teria um peso oficial maior e que poderia levar essa questão à Luiz, chefe de Gabinete. Cecília lembrou que a pouca participação das secretarias do poder público era uma questão antiga e recorrente, e que era uma pena que duas instituições (NEPSIS e PROAD) tinham que disputar uma única vaga, enquanto o poder público com várias vagas pouco vinha.

Décio apontou que a questão das ausências tinha sido reformulada no novo regimento interno e que o quadro de frequências apontava que membros do poder público bem como da sociedade civil tinham padrões tanto de alta quanto de baixa frequência. Questionou-se se deveria ter sido mais rígido quanto às ausências, apontando que o Regimento Interno reformulado teria mais estímulos para as presenças. Sobre a sugestão da incorporação de entidades, comentou que todas as indicações valeriam por dois anos e que seria importante discutir os convites como um todo. Michel concordou que os mandatos eram de dois, mas que estava prevista a possibilidade de recondução. Décio salientou que era importante que todos os conselheiros fossem indicados no mesmo bloco, e que estava preocupado com o pouco tempo disponível para resolver essa questão. Michel concordou com a necessidade de trabalhar em bloco e lembrou da necessidade de cumprir a portaria, questionando se o conselho teria autonomia para postergar esse prazo. Apontou a necessidade que todas as vagas fossem preenchidas para garantir o funcionamento do Conselho e sugeriu que os ofícios fossem enviados o quanto antes. Décio questionou sobre o pronto envio dos ofícios, visto que nem se havia debatido na plenárias sobre quais entidades receberiam as vagas destinadas à sociedade civil. Michel disse que o Art.9 do Regimento Interno permitia a recondução dos conselheiros e que não estava em pauta a alteração das organizações, apontando que a PBPD tinha em interesse em manter a sua vaga. Décio comentou que tinha acabado de ser discutida a possibilidade de levantar, a cada 2 anos, quais entidades seriam interessantes em compor o conselho. Michel comentou que a troca poderia ser discutida em vários momentos, mas que a no atual momento era importante discutir sobre a vaga que estava em aberto há meses. Felipe disse que a Plenária seria o espaço para outras indicações de entidades. Vera lembrou que a reformulação do Regimento Interno tinha sido fechada momentos antes e não tinha sido publicada, assim deveria se seguir o Regimento vigente. Alcione concordou com Vera. Ela ainda questionou para quais entidades o ofício seria mandado, e se até as entidades cujo conselheiro seria mantido tinha a necessidade de envio do ofício. Vera respondeu que o ofício seria mandado à todas as entidades integrantes do COMUDA, inclusive as que desejam a manutenção dos atuais conselheiros. Cecília lembrou que o ofício continha perguntas sobre o interesse da manutenção da entidade no COMUDA, quem seria indicado e seus respectivos dados. Maria Angélica comentou que, quando chega o fim do ciclo, costuma se apontar as faltas às organizações pouco presentes e perguntar se ela gostaria de se manter ou se retirar do Conselho. Ela sugeriu ainda que pudesse ser convocada uma reunião extraordinária para fazer um mutirão, como mandar e-mails e ofícios por exemplo, para que se pudesse prosseguir nas pautas da reunião atual. Décio disse que as entidades poderiam renovar seu mandato, mediante convite do prefeito. Comentou também que o prazo de julho não era uma

“muralha” e que poderia ser esticado um pouco, para que se pudesse discutir com mais detalhes sobre a entrada, manutenção ou troca de entidades. Michel disse que a portaria deveria ser seguida e os ofícios enviados legalmente dentro do prazo, sugerindo a manutenção das entidades atuais da sociedade civil e a sugestão de uma nova entidade acadêmico-científica na vaga disponível. Vera concordou com Michel, que seria necessária a discussão para ocupar a vaga disponível, e posteriormente o envio do ofício à todas as entidades com prazo para resposta,seguindo a lei. Alcione opinou que manteria as instituições atuais, e concordou com Michel e Vera sobre o prosseguimento com os trâmites legais desse processo. Lembrou que o COMUDA tinha dificuldades de organização interna, inclusive com prazos, e que, agora que estava em ordem, não deveria perder a oportunidade de mandar os ofícios e seguir os procedimentos legais.

Marcos contou que concordava com Michel sobre a importância de seguir os prazos e os ritos previstos em lei. Disse também que a discussão sobre troca de entidades era delicada e que era um privilégio ao COMUDA contar com a participação de organizações que são referências na Política sobre Drogas. Comentou que o caso da Anhanguera era emblemático e que as entidades atuais estavam no conselho porque tinham interesse em compô- -lo e na continuidade de sua participação. Sugeriu a votação entre PROAD e NEPSIS para ocupar a vaga disponível, para futura sugestão ao prefeito. Cecília comentou que seria uma questão de elegância dar a possibilidade de recondução às entidades atuais. Não lembrava como a Anhanguera tinha sido indicada, mas comentou que outras entidades com mais interesse em compor o conselho poderiam agregar mais. Alcione disse que gostaria de compreender as duas sugestões da PROAD e UNIFESP. Pediu para Angélica e Cecília explicarem melhor a atuação delas, para partir para uma votação. Vera questionou a possibilidade da votação, uma vez que ela não estava prevista em pauta.

Décio disse que a indicação das sugestões ao prefeito teria força da plenária, mas que a vaga em aberto não poderia ser definida no momento, pois poderia aparecer outra indicação. Sugeriu a convocação de uma reunião extraordinária com pauta única, que envolvesse a discussão da composição do conselho. Poderia ser em duas semanas e ter um tempo mais curto. A renovação ou indicação das entidades poderia ser discutida em plenária e a indicação dessa nova vaga poderia ser votada. Assim, seria possível formular e enviar um ofício, convidando as entidades definitivas para integrar o mandato 2021-2023 do COMUDA. Poderia ser feito um esforço para que em agosto ou no máximo em setembro todos os conselheiros estivessem empossados. Cecília lembrou que em novembro de 2020 o PROAD havia mandado uma apresentação ao e-mail dos conselheiros e perguntou se o

NEPSI havia enviado algo. Questionou a demora para definir a vaga disponível no COMUDA e comentou que enviaria ao grupo de WhatsApp a apresentação do PROAD. Décio comentou que infelizmente essa questão acabou ficando em suspenso, assim como outras, devido à temporalidade do conselho, mas que esse processo poderia ser agilizado mediante reunião extraordinária.

Regiane comentou que estava com algumas dúvidas e perguntou o que deveria levar à reunião extraordinária, se todos os conselheiros continuariam em seu mandato ou se haveria trocas. Décio descreveu que o Conselho era composto por 27 entidades, que parte delas era fixa, pois eram expressas nominalmente, como as secretarias e os conselhos regionais, e que, nesses casos, havia somente a possibilidade de mudança de conselheiros.

Nos casos das instituições acadêmicas e das organizações da sociedade civil, poderia haver alterações das próprias entidades na composição do conselho, mediante convite do prefeito, mas com indicações do Conselho. Portanto, após as decisões da reunião extraordinária, seria enviado um ofício a todas as 27 entidades, solicitando a indicação de um(a) conselheiro(a), seja o(a) que atualmente compõe o COMUDA ou algum(a) outro(a). Michel agradeceu a Cecília por enviar a apresentação do PROAD no grupo e sugeriu finalizar essa pauta. Décio perguntou se era viável a realização da reunião extraordinária no dia 15 de junho de 2021, o que, na sequência, foi aprovado, com o horário de início estipulado para às 14h.

Décio introduziu a última pauta, referente a questões de violência estrutural dentro da política de drogas, especialmente nas cenas de uso aberto. Ele apontou como a violência policial não se limitava à CGM, mas também havia ações da PM, que é regida pelo Estado. Esse assunto foi levado ao CONED e lá foi compreendido como assunto de suma importância. Décio contou que foi criado um GT para criar propostas de como enfrentar a essa violência de forma mais ampla e efetiva.

A ideia era iniciar um processo de discussão mais longo e abrangente, que pudesse chegar ao poder público, a partir de uma ação conjunta entre COMUDA e CONED, que trabalhasse estratégias de enfrentamento às violências nas cenas de uso.

O espaço da reunião foi pensando de maneira abrangente, que incluísse a participação das pessoas que sofrem a violência e os trabalhadores do fluxo, com uma voz ampla dos atores das cenas de uso aberto. No caminho, poderiam ser agregados outros conselhos municipais de outras cidades. Décio contou que a ideia do GT era pensar em como desenhar essa proposta, a partir de uma sequência de encontros com registros, incluindo a participação também de especialistas. O objetivo final seria a elaboração de um documento para levar como proposição ao poder público, que pudesse incorporar os temas trabalhados na política de drogas. Décio perguntou se faria sentido essa ação conjunta com o CONED. Michel comentou que considerava essa integração importante, considerando as especificidades da realidade paulistana, e que o COMUDA deveria se debruçar de fato nas violências institucionais que têm ocorrido no território da Cracolândia da Luz. Ele apontou que tinha ficado irritado com descumprimento dos combinados na anterior, mas que havia pouco tempo para discutir esse tema ou sobre as questões das violências. Ele lembrou que as propostas encaminhadas do

COMUDA ao poder executivo estavam sem respostas: tanto o

SEI sobre o fechamento do ATENDE, quanto as perguntas sobre a 7ª CONPAD. Ele solicitou ao Décio o número das SEIs, comentando que a articulação com CONED era importante, mas que o COMUDA vinha sendo atropelado em outras frentes. Maria Angélica considerou o GT interessante, mas apontou que era necessário pensar nas temáticas a serem discutidas nele, que não passaria só pela violência, mas envolveria temas como o racismo estrutural e o proibicionismo. Ela apontou ainda que essa discussão deveria estar mais qualificada dentro do próprio

COMUDA e que, simultaneamente às discussões, deveriam ser pensadas ações paralelas voltadas à redução das violações nas cenas de uso aberto. Ela ainda alertou que na apresentação de Alexis, um dos objetivos do Redenção era a redução do número de pessoas no fluxo, mas questionou para onde essas pessoas iriam, alertando para a possibilidade de ocorrência de violências nessas situações. Paulo comentou que o COMUDA deveria se pronunciar mais efetivamente, pois a violência estava presente também em meio à GCM e a PM. Precisaria ser debatido e dialogado com os serviços de segurança da cidade e do Estado o tema da violação dos direitos humanos e os meios para reduzir violência. Marcos lembrou que duas semanas antes da reunião de fevereiro com a comandante Elza, tinha participado de uma reunião com MP em que o secretário de segurança pública da época tinha se comprometido a enviar a comissão de Direitos Humanos os vídeos de cada bomba atirada pela

GCM na Cracolândia. Marcos contou que, na reunião com Elza, tinha perguntado se as imagens estavam sendo cedidas, o que ela respondeu que não da governabilidade Elza, mas que averiguaria com o secretário e daria um retorno ao COMUDA.

Ele solicitou a Décio a resposta de Elza, que tinha se tornado a secretária de Segurança Pública. Paulo fez a sugestão para reiterar o pedido, uma vez que ela tinha se tornado secretária.

Décio, concordou com a reiteração oficial e propôs até redebater com ela essas questões. Ele retomou a discussão sobre o GT, ressaltando o espaço do GT como possibilidade de intensificar as ações de combate contra a violência. Ele convidou os conselheiros para uma reunião na 3ª-feira (dia 8 de junho), às 9h da manhã, para levar questões para esse debate. Maria Angélica demonstrou interesse em participar da reunião, e lembrou que na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores estava sendo pautado a questão das violações de direitos humanos nas cenas de uso. Ela disse que estavam sendo chamadas audiências públicas com essa temática, sugerindo que o GT participasse delas. Décio salientou a importância das ações conjuntas contra a violência. Perguntou se mais gostaria de participar dessa primeira reunião. Cecília, Michel e Paulo também demonstraram interesse. No final da reunião, Márcia comentou que a SME estava construindo um projeto de prevenção junto ao Redenção e que apresentaria ao COMUDA no futuro, e Décio apontou a importância de avaliação da reunião com Alexis. A reunião foi encerrada.

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DROGAS E ÁLCOOL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - COMUDA**

**REGIMENTO INTERNO PREÂMBULO**

O Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e

Álcool do Município de São Paulo – COMUDA, tem sua origem no ano de 1989 quando ainda era denominado Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN – criado pela Lei nº 10.750, de 26 de setembro de 1989. Perdurou dessa forma até 2002, quando pela lei nº 13.321 de 6 de fevereiro de 2002 passou por reformulações. Em 20 de maio de 2019 com a Lei nº 17.089, teve sua composição modificada com vistas a atualizar a representação tanto do Poder Público quanto da Sociedade Civil.

Este Regimento Interno está em consonância com a lei 17.089 de 20 de maio de 2019, que trata da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo, conforme descrito em seus artigos 7º ao 11. Dessa forma trata este Regimento Interno de regulamentar seu funcionamento com base na referida lei, considerando seus artigos quanto aos objetivos, atribuições, composição, natureza e competência.

Este Regimento Interno tem a finalidade de normatizar e organizar o funcionamento interno do Conselho, conforme Art.

5º da lei 17.089.

CAPÍTULO I

DA GOVERNANÇA

Art. 1º são órgãos de governança:

I) Plenário

II) Coordenação Executiva

III) Comissão de Participação

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO

Art. 2º O Plenário é o órgão máximo de decisão do Conselho, constituído pelos conselheiros nomeados, tendo como competência:

I - Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias mensais do Conselho;

II - Deliberar acerca de todo e qualquer assunto tratados pelo Conselho por intermédio de votação entre os conselheiros nomeados nas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias; III - Acolher as manifestações dos conselheiros nomeados e definir mediante o comum acordo de seus membros as respectivas providências que o Conselho decidirá encaminhar;

Art. 3 º A plenária terá seu funcionamento organizada nos termos seguintes:

I - As sessões ordinárias e extraordinárias, somente poderão ter início com a presença mínima de um terço da totalidade dos Conselheiros nomeados;

II - As sessões ordinárias do Conselho serão realizadas uma vez ao mês devendo ocorrer na primeira terça feira de cada mês, com três horas de duração, das 14 às 17h, preferencialmente, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, tendo seu cronograma anual aprovado na última sessão do ano referente ao ano seguinte;

III - As sessões deverão ser divulgadas quanto ao dia, horário e pauta na página eletrônica do Conselho, do site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

IV - As sessões serão convocadas pelo Secretário Executivo com antecedência mínima de 7 (sete) dias;

V - As pautas das sessões ordinárias ou extraordinárias, poderão ser definidas em plenário para a sessão subsequente ou pelo Presidente, podendo também ser enviadas pelos Conselheiros sugestões de pauta até 3 dias antes da data da sessão ordinária, ficando ao cargo da Coordenação Executiva avaliar a pertinência em acrescentar à pauta o tema proposto;

VI - O tema proposto por Conselheiro e incluído em pauta, será apresentado na sessão pelo proponente, devendo expor as razões e proposições sobre encaminhamentos;

VII - O Presidente poderá, por sua iniciativa, ou por sugestão de Conselheiro, convidar especialista em temas pertinentes à Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo, visando subsidiar debates e discussões de interesse do Conselho;

VIII - A plenária deverá deliberar sobre os itens constantes na Pauta de Convocação sempre que se fizer necessário a tomada de decisão sobre o assunto tratado;

IX - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos;

X - Havendo empate, caberá ao Presidente do Conselho o exercício do voto de qualidade.

Parágrafo único. A deliberação pela aprovação e modificação do Regimento Interno deverá ser por maioria absoluta.

I - As sessões ordinárias ou extraordinárias poderão ser gravadas por providência da Coordenação Executiva, por meio eletrônico, áudio ou áudio visual, e será utilizada para a realização da ata;

II - As sessões ordinárias ou extraordinárias poderão ser transmitidas em meio digital, eletrônico, no exato momento de sua realização, cabendo à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o fornecimento dos meios necessários para a realização de transmissão em tempo real.

Art. 4º As sessões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 72 horas de antecedência, cabendo à plenária deliberar tão somente sobre os assuntos que motivaram a convocação, sem prejuízo de acréscimo de assuntos pertinentes e complementares à pauta anteriormente definida.

Art. 5º As sessões serão registradas em atas, e organizadas da seguinte maneira:

§1º - As atas das sessões ordinárias e extraordinárias deverão ser disponibilizadas aos Conselheiros por e-mail em até 15 dias após a realização da sessão a que se referem, contados a partir do primeiro dia útil subsequente;

§2º - Faculta-se aos(às) Conselheiros(as) o prazo de 72

(setenta e duas) horas, contadas a partir da data de disponibilização das atas, para proposição de eventuais alterações no documento;

§3º - Uma vez disponibilizada, decorrido o prazo de 72 horas, não havendo dissenso em relação ao seu conteúdo, a ata será considerada aprovada, e será disponibilizada em até 72 (setenta e duas horas) na página eletrônica do Conselho da

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§4º Não havendo consenso em relação às alterações, as atas serão submetidas à apreciação na sessão ordinária imediatamente posterior à realização da sessão a que se referem;

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 6º A Coordenação Executiva é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo.

Art. 7º Ao Presidente compete:

I - Representar oficialmente o Conselho;

II - Assinar documentos e deliberações das plenárias;

III - Cumprir e fazer cumprir este Regimento;

IV - Presidir e coordenar as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

V - Encaminhar a(o) Prefeito(a) as deliberações do Conselho que impliquem no cumprimento do artigo 8º da lei 17.089 de 20 de maio de 2019;

VI - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho;

VII - Proferir voto de desempate em votações nas sessões ordinárias e extraordinárias

Parágrafo Único: Em sua ausência ou impedimento temporário, o(a) Presidente(a) será substituído pelo(a) Vice-Presidente.

Na ausência ou impossibilidade do(a) Vice-Presidente assumir a

Presidência, o(a) Secretário(a) Executivo assumirá os trabalhos da Presidência para coordenação da sessão. Na impossibilidade de todos os responsáveis pelas funções executivos, o Plenário decidirá quem assumirá a condução da sessão.

Art. 8º ao Vice-presidente compete:

I - Substituir o Presidente quando de sua ausência ou impedimento;

II - Exercer atividades designadas pelo Presidente;

III - Representar a Presidência em atos quanto designado pelo Presidente

IV - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 9º Ao Secretário Executivo Compete:

I - Coordenar a execução das atividades de apoio técnico- -administrativos necessárias ao funcionamento do Conselho;

II - Secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias do

Conselho;

III - Apoiar a organização de Grupos de Trabalho e Comissão de Participação;

IV - Expedir os atos administrativos que se fizerem necessários;

V - Secretariar as sessões ordinárias e extraordinárias do

Conselho, mantendo organizada toda a documentação correspondente;

VI - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho;

VII - Representar o Presidente na sua ausência e pela ausência do Vice-Presidente.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO

Art. 10 Fica criada a Comissão de Participação com a finalidade de facilitar a aproximação e participação dos trabalhadores e também dos usuários assim como possibilitar a participação do Conselho nos territórios.

Art. 11 A Comissão de Participação tem caráter permanente.

Art.12 Deve ser constituída por no mínimo um Conselheiro representante de cada seguimento que compõe o Conselho.

Art. 13 Comissão de Participação – Atribuições:

I - Tem como atribuição estabelecer articulação e mediação com os trabalhadores dos serviços da rede intersetorial, e atenção psicossocial que compõem a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo, quer sejam da área técnica quer da área de gestão, assim como com os usuários;

II - Promover a facilitação para participação no Conselho de trabalhadores e usuários dos serviços da rede de atenção psicossocial;

Parágrafo único - o funcionamento operacional da Comissão de Participação será definido pelos seus membros de forma a garantir o preconizado no caput.

CAPÍTULO II

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 14 Os Grupos de Trabalho têm como finalidade subsidiar os debates do Conselho, cabendo-lhes, as seguintes atribuições:

I - Elaborar estudos e propostas referentes assuntos específicos decididos na plenária;

II - Tem a duração temporária, condizente com o prazo estabelecido para o término do trabalho a ser realizado;

III - É constituído por Conselheiros indicados e referendados pela plenária;

Parágrafo único: os Grupos de Trabalho são criados pela plenária sempre que for verificada a necessidade de elaboração de estudos sobre assuntos específicos.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHEIROS

Art. 15 Aos(às) Conselheiros(as) compete:

I - Participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto;

II - Executar as tarefas que lhes forem atribuídas na plenária;

III - Manter a Instituição que representa regularmente informada sobre as decisões e deliberações do Conselho;

IV- Representar oficialmente o Conselho quando designado(a) pela plenária ou pela Presidência;

V - Votar e ser votado(a) para os cargos que compõe a

Coordenação Executiva e a Comissão de Participação;

Art.16 O não comparecimento injustificado a três sessões consecutivas ou a cinco sessões alternadamente, considerando as ordinárias e extraordinárias, durante o período de 12 (doze) meses a contar da publicação da indicação, implicará na comunicação pelo Presidente do Conselho ao Poder Executivo com vistas a oficiar o órgão de representação do Conselheiro, para providências de substituição, ficando a critério do órgão a decisão sobre a escolha do indicado para sua representação.

Art. 17 Ao se constatar a ausência de 50% do total de sessões ordinárias e extraordinárias em 12 (doze) meses da publicação da nomeação, quer justificada ou injustificadas, será solicitado ao órgão a substituição do indicado, seguindo o tramite descrito.

Art. 18 O não comparecimento injustificado ou justificado em 80% das sessões ordinárias e extraordinárias contando 12 (doze) meses a partir da nomeação, poderá implicar, por decisão da plenária, na recomendação ao Poder Executivo pela substituição do órgão de representação definidos nas alíneas a,

b, i, do inciso III do Art.9º da Lei 17.089 de 20 de maio de 2019.

Parágrafo Único: a justificativa de ausência nas sessões ordinárias ou extraordinárias deverá ser encaminhada para o

Presidente do Conselho por e-mail ou outro meio eletrônico utilizado pelo Conselho, em até dois dias após a data de realização da sessão.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 19 poderá se candidatar à função de Presidente, Vice-

-Presidente e Secretário Executivo qualquer Conselheiro (quer representante do Poder Público, quer da Sociedade Civil) em plena vigência de seus mandatos, independente de sua Instituição e Organização de representação.

Parágrafo Único: São considerados, dentre os Conselheiros, conforme Art. 9º da lei 17.089, os representantes do Poder

Público:

I - designados pelo Executivo:

a) um(a) representante da Secretaria Municipal de Educação;

b) um(a) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

c) um(a) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

d) um(a) representante da Secretaria Municipal de Esportes

e Lazer;

e) um(a) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

f) um(a) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;

g) um(a) representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana;

h) um(a) representante da Secretaria Municipal de Direitos

Humanos e Cidadania;

i) um(a) representante da Secretaria do Governo Municipal.

II - designados pelo Presidente da Câmara Municipal:

a) um(a) representante da Comissão Ordinária Permanente

de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher;

b) um(a) representante da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania;

c) um(a) representante da Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude;

d) um representante do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas- Coned - representando o Poder Público.

Art. 20 São Considerados dentre os Conselheiros, representantes da Sociedade Civil, conforme Art. 9º da lei 17.089:

III - a convite da Prefeitura:

a) quatro representantes indicados pelas organizações não governamentais destinadas à prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes;

b) três representantes da comunidade acadêmico-científica, de notório saber nas áreas de atribuições do Conselho;

c) um(a) representante do Conselho Regional de Medicina;

d) um(a) representante do Conselho Regional de Psicologia;

e) um(a) representante do Conselho Regional de Farmácia;

f) um(a) representante do Conselho Regional de Assistência Social;

g) um(a) representante do Conselho Regional de Terapia Ocupacional;

h) um(a) representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

i) um(a)representantes do Conselho Estadual de Drogas, representando a Sociedade Civil.

Art. 21 O mandato de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo terá duração de 2 (dois) anos;

Parágrafo único: Para o cargo de Presidente será permitida apenas uma recondução.

Art. 22 A eleição de Presidente, Vice-Presidente e Secretário

Executivo deverá ocorrer até a segunda sessão posterior à publicação da portaria de nomeação dos Conselheiros para o biênio seguinte.

Parágrafo único - A primeira sessão de que trata o caput, deverá necessariamente ter como pauta a organização da eleição e a segunda sessão a realização da eleição.

Art. 23 A eleição, em regra, se dará de forma presencial, necessitando o Conselheiro da assinatura de presença para formalizar o voto.

Art. 24 A eleição para Presidente deverá ocorrer indistintamente da eleição para Vice-Presidente, e Secretario Executivo devendo cada um ser votado separadamente.

Paragrafo Único: a escolha do Presidente e Vice-Presidente e Secretário Executivo será por maioria simples dos votos.

CAPÍTULO V

DA INDICAÇÃO DE ENTIDADES

Art. 25 As entidades e Instituições descritas nas alíneas a e b inciso III do art. 9º da Lei 17.089 de 20 de maio de 2019 poderão ser indicadas pelos Conselheiros como sugestão ao Poder Executivo.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 As reuniões do Conselho serão públicas com a participação de pessoas físicas ou jurídicas em suas plenárias com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 27 As atas das sessões ordinárias e extraordinárias terão seus documentos publicados no Diário Oficial do Município, mediante encaminhamento do Presidente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania para encaminhar ao Poder Executivo.

Art.28 Os casos não previstos no que se refere ao assunto de funcionamento do conselho serão discutidos e deliberados em sessão plenária.

Parágrafo único: Este Regimento Interno entrará em vigor após aprovação do Plenário do Conselho e publicação no Diário

Oficial do Município.

**NOTIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 064/2021/ SMDHC/DP/DGP**

Vimos, por meio desta, NOTIFICAR o Representante Legal da OSC Associação Cidade Escola Aprendiz, inscrita no CNPJ sob nº 03.074.383/0001-30, situada em Rua General Jardim,

660- complemento sala 72 - Vila Buarque, CEP: 01223-010 - São

Paulo - SP, referente ao projeto: “Pesquisa Exclusão Escolar e Trabalho Infantil no Município de São Paulo num Contexto de Crise Social”, oriundo do CPB/002 /2021/SMDHC/CMDCA, para entrega dos documentos digitalizados para comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput doart.

2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei n° 13.019/2014,e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei.

A documentação deverá ser encaminhada para: rlimaalves@prefeitura.sp.gov.br e smdhcdgp@prefeitura.sp.gov.br.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO

DE LOCAÇÃO Nº 010/SP.FB/2013

1. ESPÉCIE: Termo de Apostilamento, firmado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em favor dos Locadorer VITOR ANTONIO DE SOUSA, inscrito no CPF nº

011.224.228-65, e AIDA DE LOURDES CARDOSO SIQUEIRA SOUSA, inscrita no CPF nº 013.897.048-31.

2. OBJETO: Reajuste Definitivo pelo índice IPC-FIPE no percentual de 6,35% no valor total de R$ 1.904,97 (um mil novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), conforme Tabela de Cálculo sob doc. SEI 054212742, com base no período de e 14/10/2021 a 13/10/2022, em conformidade com o estabelecido no Contrato de Locação nº 010/SP.FB/2013.

3. VALOR DO APOSTILAMENTO: R$ 1.904,97 (um mil novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos), em adição ao valor atual contratual do período supramencionado, conforme memória de cálculo constante nos autos do Processo Eletrônico nº 6037.2018/0000159-0.

4. VALOR DA CONTRATAÇÃO ATUALIZADO: O valor anual do Contrato passa de R$ 36.158,04 (trinta e seis mil cento e cinquenta e oito reais e quatro centavos).

5. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 - art. 65, §8º

**LICITAÇÕES PAG. 64**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/0001269-2**

I - À vista dos elementos contidos no presente SEI nº

6064.2021/0001269-2, nos termos do inciso II do artigo 24 da

Lei Federal 8.666/93 e alterações c/c Lei Municipal 13.278/02,

Decreto 44.279/03 e Decreto 54.102/2013, com os valores atualizados pelo Decreto Federal 9.412/2018, diante do resultado da Cotação Eletrônica (052860694) e em especial as manifestações da Supervisão de Administração, Supervisão de

Execução Orçamentária e Financeira, Supervisão de Compras,

Convênio e Parceria e da Assessoria Jurídica desta Pasta, AUTORIZO, com base na delegação de competência promovida pela Portaria nº 38/2013 - SDTE, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação da empresa SISTÉCNICA INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI – EPP inscrita no CNPJ sob nº 53.249.470/0001-50, para o fornecimento dos materiais/acessório de informática - ITEM 1 - 25 câmeras webcam B-Max HD USB1080P Full HD C/MIC BM F916, pelo valor unitário de R$ 48,99 (quarenta e oito reais e noventa e nove centavos), total de R$ 1.224,75 (um mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos); ITEM 2 – 02 HD externo Seagate STB 2.5” STKC5000401, pelo valor unitário de R$ 769,00 (setecentos e sessenta e nove reais), total de R$

1.538,00 (um mil quinhentos e trinta e oito reais), ITEM 3 – 06

Mouse Wiereless KNUP G24 800/1200/1600 Preto, pelo valor unitário de R$ 30,00 (trinta reais), total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), ITEM 4- 30 Mouse USV EXBOM LED vermelha 1MDPI MS-9, pelo valor unitário de R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos), total de R$ 186,00 (cento e oitenta e seis reais), e ITEM 5 – 30 Teclado USB KMEX STANDARD KM-3728U Preto, pelo valor de R$ 20,20 (vinte reais e vinte centavos), total de R$ 606,00 (seiscentos e seis reais), perfazendo o total geral de R$ 3.734,75 (três mil setecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), conforme proposta comercial (doc.052871397); e, da empresa IVANETE APARECIDA MIRANDA –ME inscrita no CNPJ sob nº 31722.206/0001-59 para o fornecimento do ITEM 6 – 30 Filtro de linha para proteção contra surtos e contenção de ruídos, com potencia de 1100VA em 110V e 2200VA em 220V, 110/220v (bivolt), com 06 tomadas tripolares, chave de liga/desliga com indicação luminosa, pelo valor unitário de

R$ 18,31 (dezoito reais e trinta e um centavos), perfazendo o total de R$ 549,30 (quinhentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), conforme proposta comercial (doc. 052871952), atendendo as quantidades e exigências contidas no termo de referência (doc. 051345096).

II - AUTORIZO, em consequência, a emissão da competente

Nota de Empenho, no valor total da despesa, emitido em favor das empresas contratadas no item I, onerando as dotações nº

30.10.11.126.3011.2818.44905200.00 e 30.10.11.122.3024.

2100.33903000.00, do orçamento vigente, cujo anexo fará as vezes de contrato.

III – Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do Decreto Municipal nº 54.873/2014, DESIGNO como fiscal para acompanhamento do ajuste e recebimento de seu objeto, por preencherem os requisitos estabelecidos no art.

6° do citado Decreto, conforme informação lançada aos autos, o servidor Jorge Rise Salomão RF n. 756.923.8

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**GABINETE DIRETOR GERAL**

PROCESSO: 8110.2021/0000712-0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/FPETC/2021.

A FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E

CULTURA, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que procederá a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais de alunos MATRICULADOS NOS MÓDULOS II E III, para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti, situada a Av. dos Metalúrgicos 1945, Cidade Tiradentes, São

Paulo – SP, e para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti - Núcleo Norte I situada na Rua

Voluntários da Pátria 777, Santana, São Paulo/SP, administradas pela Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, conforme Termo de Referência.

O início do prazo de envio de propostas eletrônicas será dia 08 de novembro de 2021 e a abertura da sessão pública de processamento do certame ocorrerá no dia 19 de novembro de 2021 às 10:30 horas.

O Caderno de Licitação composto de Edital e Anexos poderá ser retirado, mediante a entrega de um CD-R na seção de Compras e Licitações à Avenida São João, 473, 6º andar, Centro - São Paulo - SP, CEP 01035-000, de segunda à sexta-

-feira, no horário das 10:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a data designada para a abertura do certame ou poderá ser obtido via internet, gratuitamente, nos endereços eletrônicos da Prefeitura do Município de São Paulo: <http://e-> -egocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br ou [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) -OC 801085801002021OC00018.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelos interessados através dos telefones (11) 3225-1920.